

# AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA NOVA REPÚBLICA

Do governo Collor ao de Lula<sup>1</sup>

Mara Regina Martins *Jacomel*<sup>2</sup>

## RESUMO

O texto apresenta reflexões sobre as políticas públicas para a educação brasileira, a partir do governo Collor até o de Lula. Para tanto, de forma concisa, analisamos as políticas educacionais implementadas desde a década de 1990 e sua relação com o desenvolvimento econômico brasileiro. A tese central das idéias aqui apresentadas é a de que todos os governos abordados compactuam com o mesmo modelo de sociedade, qual seja, a capitalista. O que vai diferir um do outro é a atuação mais democrática e mais social, visando ao desenvolvimentos de mais classes sociais, em detrimento de outra, mais centralizadora, autoritária e voltada para apenas alguns grupos sociais. A partir dessa inferência afirmamos que as políticas educacionais então propostas são qualitativamente e quantitativamente diferenciadas.

**Palavras-chave:** Políticas públicas educacionais. História da educação brasileira.

## ABSTRACT

In this paper, we present some thoughts on public policy for the Brazilian education from Collor's to Lula's government. To do so concisely, we analyze the educational policies implemented since the 1990s and their relation to the Brazilian economy. The central thesis of the arguments presented here is that all governments covered condone the same model of society, namely, Capitalism. The real difference among them is seen in their attitude towards democracy and social welfare. Some are more government-centered, authoritarian and cater only for a few social groups. Others have a more comprehensive approach, aiming at the development of different social groups. From this assumption, we argue that these governments' policies towards education are qualitatively and quantitatively different.

**Key-words:** Public policies towards education. History of brazilian education.

- 
1. O texto foi apresentado em Congresso do Sindicato de Supervisores do Estado de São Paulo e publicado, com algumas alterações, na Revista APASE de maio de 2010.
  2. Doutora em Educação. Docente da Faculdade de Educação da Unicamp. E-mail: mararmj@unicamp.br

## INTRODUÇÃO

O texto apresenta reflexões sobre a educação brasileira, a partir da análise das políticas públicas educacionais, em especial, a partir do governo Collor. Para dar conta do debate, mesmo que preliminarmente, farei um exercício que consiste em apontar quais políticas educacionais foram implementadas desde a década de 1990 e sua relação com o desenvolvimento econômico brasileiro. Em pleno ano de 2010, ano em que Dilma Roussef assume a presidência da República, olhar retrospectivamente os caminhos ou os descaminhos pelos quais trilharam as políticas educacionais é um exercício necessário para aqueles que defendem a educação pública de qualidade, pois só assim defenderemos, coerentemente, bandeiras em prol de uma política pública compromissada com a formação do povo brasileiro.

A tese central do desenvolvimento das idéias aqui apresentadas é a de que todos os governos analisados compactuam com o mesmo modelo de sociedade, qual seja, a capitalista. O que vai diferir um do outro é a atuação mais democrática e mais social, visando o desenvolvimentos de todas as classes sociais, em detrimento de outra mais centralizadora, autoritária e voltada para apenas alguns grupos sociais. A partir dessa inferência afirmamos que as políticas educacionais então propostas são qualitativa e quantitativamente diferenciadas.

## ESTADO, FINANCIAMENTO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

É importante ressaltar que as medidas legais adotadas para a educação brasileira desde a década de 1990 visam configurar e rearranjar o modelo de sociedade a uma pedagogia de hegemonia e de consenso em torno do ideário neoliberal de homem. Sendo assim, muitas ações foram efetivadas, como reformas curriculares; diretrizes para formação de professores; programas de financiamento da educação, como Fundef e Fundeb; processos de avaliação dos sistemas de ensino, entre outros.

Dentre tais iniciativas, uma que tem chamado muito a atenção de educadores das redes públicas de ensino, ou melhor das redes estatais de ensino, são aquelas que afirmam um novo modelo de gestão escolar. Tal modelo, em consonância com a minimização do Estado no que diz respeito ao repasse de recursos financeiros, tem apostado em parcerias com a sociedade civil, na administração da escola, entre outras medidas que mostram a relação perversa que se estabeleceu entre o que se entende por política pública e setor privado. Entretanto, vale ressaltar que esse processo de privatização não é tão simples de se entender. Segundo Cunha (2007, p. 810),

[...] a privatização é um processo cheio de meandros, que não comporta resposta simples. Isso porque a segmentação dos sistemas de educacionais não obedece a um trajeto retílineo, sendo determinado por forças que oram incentivam o crescimento do setor público, ora do setor privado, ora de ambos.

Como exemplo dessa relação do Estado com a iniciativa privada e que busca atender aos anseios e ao discurso de mais qualidade para a escola estatal, temos a adoção do chamado “apostilamento” das redes de ensino, bancadas com recursos públicos. Uma das editoras que faz ampla divulgação de parceria com os sistemas de ensino de redes municipais é a Editora Positivo. A propaganda tem enfatizado que sua proposta de apostilamento “revolucionará” o sistema educacional que o adotar. Para tanto, oferece no pacote Sistema de Ensino Aprende Brasil (SABE), um centro de pesquisa, que diz contar com mais de 200 educadores “qualificados”; livros didáticos integrados; assessorias pedagógicas e um portal exclusivo com homepage personalizada para o município<sup>3</sup>.

É interessante perceber que por trás dessa proposta está explícita a relação de incentivo à iniciativa privada, na geração de renda e desenvolvimento do mercado editorial. A idéia do “apostilamento” também está de acordo com as políticas do Banco Mundial para a Educação Básica. Nessas estratégias do Banco Mundial estão explicitadas em qual “rubrica”, tal qual uma empresa privada, deve o Estado investir para alcançar a educação de qualidade. Vejamos:

A qualidade educativa, na concepção do BM seria o resultado da presença de determinados “insumos” que intervêm na escolaridade. Para o caso da escola de primeiro grau, consideram-se nove fatores como determinantes de um aprendizado efetivo [...]: (1) bibliotecas; (2) tempo de instrução; (3) tarefas de casa; (4) livros didáticos; (5) conhecimentos do professor; (6) experiência do professor; (7) laboratórios; (8) salário do professor; (9) tamanho da classe. [...] ao mesmo tempo que desestimula a investir nos três últimos – laboratórios, salários docentes e redução do tamanho da classe –, recomenda investir nos primeiros e, especificamente, em três deles:

- a) aumentar o tempo de instrução, através da prolongação do ano escolar, da flexibilização e adequação dos horários, e da distribuição de tarefas de casa;
- b) proporcionar livros didáticos, vistos como expressão operativa do currículo e contando com eles

para compensadores dos baixos níveis de formação docente. Recomenda aos países que deixem a produção e distribuição dos livros didáticos em mãos do setor privado, que capacitem os professores na sua utilização, além de elaborarem guias didáticos para estes últimos; e

c) melhorar o conhecimento dos professores (privilegiando a capacitação em serviço sobre a formação inicial e estimulando as modalidades a distância) (BM, 1995, p. 51 apud Torres, 2000, p. 134).

Todas essas políticas para a educação brasileira convergem para chegarmos a algumas conclusões:

1. Que vivemos um momento de construção de um consenso em torno das bandeiras sociais da ideologia neoliberal e as políticas educacionais são ferramentas nesse processo;
2. Que o Estado brasileiro, tal qual todos os estados sob o capitalismo, desenvolvem e implementam as políticas públicas sociais, visando o interesse de determinada classe social, qual seja, aquela que detém o controle dos meios de produção e de poder político;
3. Sob o discurso de implantação de uma educação de qualidade que visa emancipar os “cidadãos”, está a implementação de atividades econômicas que subsidiam a iniciativa privada, portanto, é dinheiro público, que vem do povo, da gente comum, financiando e solidificando as empresas capitalistas. Nada mais injusto numa sociedade que prega a igualdade entre todos.

## AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS IMPLEMENTADAS: DE COLLOR A LULA

Uma das minhas grandes preocupações tem relação com o fato de que é necessário, cada vez mais, que o educador conheça a nossa história, bem como os determinantes que foram responsáveis por tal ou qual mudança. Isso é fundamental para

3. Verificar essas informações em [www.editorapositivo.com.br](http://www.editorapositivo.com.br)

que possamos alavancar possíveis transformações no presente e no futuro. Sendo assim, traçarei um histórico do como e do porquê as políticas educacionais no Brasil tomaram o rumo em que estão.

No Brasil e na maioria dos países ocidentais, diretrizes das políticas educacionais, sob a égide do neoliberalismo e do discurso de globalização da sociedade capitalista, foram e são ditadas por organismos multilaterais. O marco da articulação de tais agências internacionais, como Banco Mundial, FMI, UNESCO etc., na explicitação das políticas neoliberais, foi dado pela Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, em 1990. A Conferência de Jomtien teve como resultado a assinatura da *Declaração Mundial sobre Educação para Todos* e o *Marco de Ação para a Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem*, onde o Brasil foi signatário desses documentos. A maioria das diretrizes das políticas educacionais brasileiras implantadas desde então verifica-se num documento que foi publicado pela UNESCO e que popularmente é conhecido pelos educadores como “Relatório Delors”.

De acordo com a ideologia liberal, a escola é vista como panacéia para todos os males da sociedade. E é nesse sentido que o Relatório Delors vai referendar tal assertiva e ampliá-la no sentido de adequar a mesma escola para preparar o “cidadão-trabalhador” e capacitá-lo a viver numa “sociedade democrática”. O Relatório Delors, que ficou mais conhecido pelo nome do presidente da comissão, Jaques Delors, foi pensado para sistematizar e refletir as questões e compromissos assumidos por países que participaram da Conferência de Jomtien. Encomendado pela UNESCO, como já dito, esse relatório oficialmente é assim denominado: **Educação: um tesouro a descobrir**. “Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI”.

Foi a partir de 1990, com toda a reformulação das políticas sociais e econômicas mundiais e nacionais, que o Brasil passou a participar de encontros internacionais, visando à discussão de questões

relativas às políticas educacionais. O primeiro, em 1990, foi denominado “Conferência Mundial de Educação para Todos”, realizado em Jomtien, na Tailândia, e convocado por organizações como UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial. Outra conferência resultou na “Declaração de Nova Delhi”, onde países em desenvolvimento e de maior contingente populacional do mundo assumiram o compromisso consensual de lutar por universalizar a oferta de educação fundamental, bem como ampliar as oportunidades de aprendizagem para crianças, jovens e adultos (Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais, 1997, p. 14).

Podemos inferir que as reformas educacionais que ocorreram por todo o mundo trazem os mesmos princípios educacionais. Afirmo, a partir também dessa análise, de que há um projeto de sociedade sendo pensado e engendrado pelos ideólogos que defendem o capitalismo. Nesse projeto, a educação escolar é pensada como a melhor ferramenta para conformar espíritos, incutir valores, unificar discursos e fazer com que os indivíduos aceitem como natural a reestruturação do capitalismo globalizado, com suas diferenças econômicas, sociais, culturais e outras.<sup>4</sup>

De acordo com Vieira e Farias (2007), no Brasil, o fim da década de 1980, com o governo Sarney, pôs fim à ditadura militar e o ano de 1990 marca a história da Nova República com eleições diretas para Presidente. Vários candidatos aparecem no Primeiro Turno e o Segundo Turno é disputado pelo então desconhecido Fernando Collor de Mello, ex-governador do Alagoas e por Luiz Inácio Lula da Silva, este último derrotado nessas eleições.

Collor de Mello, já em seguida a sua posse, implementa um pacote de medidas econômicas que visava acabar com a inflação galopante do período. Tais medidas passaram até por um confisco econômico, inclusive da poupança. É nesse governo

4. As teses aqui apresentadas estão presentes em minha tese de doutorado e que foi divulgada através da publicação do livro *PCNs e Temas Transversais: análise histórica das políticas educacionais brasileiras*.

que, com adoção de políticas neoliberais, o Brasil é inserido na lógica da globalização do capitalismo. Para tanto, inicia amplas reformas do Estado, com enxugamento do quadro de funcionários da União e a privatização passa a ser palavra de ordem (Idem, p. 150).

No campo da educação, seu governo inaugura o acordo estabelecido em Jomtiem, por ocasião da “Conferência de Educação para Todos”. Sua gestão na área é chamada por Vieira e Farias (2007), de “educação como espetáculo”. A suas propostas são recebidas pelos educadores com muito ceticismo e a política educacional que se inaugura apóia-se no Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), divulgado em setembro de 1990. Assim, o PNAC:

[...] não se apresenta tão somente como um programa de alfabetização. Seu conteúdo envolve praticamente todas as áreas de atuação do Ministério, exceto o ensino superior. Na verdade, este é o documento orientador da política educacional do governo que se inicia, estando inteiramente voltado para a perspectiva do cumprimento dos preceitos constitucionais de universalização do ensino fundamental e de eliminação do analfabetismo. No final do ano, é divulgado o *Programa Setorial de Ação do Governo Collor na Área de Educação (1991-1995)* (Brasil, 1990), que retoma e detalha as idéias trabalhadas no PNAC (Idem, p. 163).

Entretanto, todos os projetos acabam sem direção, pois logo Collor é destituído do poder, como bem sabemos, e assume Itamar Franco, seu vice, que dará outra direção ao governo e às políticas educacionais do período, em especial por conta da grande mobilização dos educadores organizados. Um primeiro momento diz respeito ao debate sobre o Plano Decenal de Educação para Todos, que envolve Estados e Municípios na construção de seus próprios planos. É importante frisar que, apesar da retórica democrática, os debates e a agenda educacional do período estão marcados pela agenda dos organismos internacionais, como já antes explicitado.

Do ponto de vista econômico, o governo de Itamar Franco é lembrado como aquele que implementou o Plano Real. O Ministro da Fazenda

no período é Fernando Henrique Cardoso. As medidas do Plano vinculavam-se, além de adotar uma nova moeda – o Real, à contenção de gastos públicos e aceleração das privatizações.

Quanto à educação, quando o Ministro da Educação, Murílio Hingel assume, uma de suas primeiras medidas é convocar as várias representações dos educadores, dentre elas, a UNDIME e o CONSED, bem como representantes de organizações governamentais e não-governamentais. O Plano Decenal de Educação para Todos é proposto, então, tendo como base amplo debate de todos os segmentos sociais ligados à educação. Nascia de um momento histórico em que a proposição democrática e participativa era o carro-chefe das grandes conquistas pós ditadura militar. Um momento muito importante na elaboração do Plano Decenal é a aquele expresso pela Conferência Nacional de Educação para Todos, realizada em Brasília em 1994, que contou com 1.600 participantes de todo o país. A partir de proposta da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), discutiu-se nessa Conferência a questão do magistério. Desse debate, foi aprovada em plenária na Conferência a proposta que subsidiaria o *Acordo* que viria a transformar-se no *Pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade da Educação (Pacto)*. Segundo Vieira (2008, p. 146),

[...] é dessa iniciativa que devem ser buscadas as origens da proposta que posteriormente seria retomada pelo governo de Fernando Henrique, sob a forma do *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FVM*, instituído pela *Emenda Constitucional n. 14/96* e regulamentada pela *Lei n. 9.424/96*, em processo de implantação em todas as unidades da federação a partir de 1998.

Vale a pena enfatizar que, segundo as autoras, no governo de FHC, o Plano Decenal praticamente é ignorado, não incorporando as conquistas sociais adquiridas na composição desse documento.

Um documento citado por Vieira e Farias (2007, p. 165), que explicita claramente por onde caminhou o governo Itamar Franco quanto às políticas

educacionais, é o chamado *Educação no Brasil: situação e perspectivas*, publicado em 1993. Embora sem caráter de instrumento formal de planejamento, é nesse documento que aparece com clareza as diretrizes do governo:

[...] o Programa de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA) e a Descentralização. O lema é “Educação para a Cidadania” e a meta: Boa Escola para Todos. Como ‘políticas básicas’, o Ministério propõe sete grandes linhas de ação: Universalizar com qualidade; A pedagogia da atenção integral; Desenvolvimento da educação tecnológica; Extensão da escolaridade no segundo grau; Qualidade para a graduação; Consolidação da pós-graduação; e Prevenção contra os riscos da modernidade.

Com os “louros” advindos do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, se elege para Presidente em 1994. Vai governar por dois mandatos, até 2002 e seu grande concorrente no período ainda é Luiz Inácio “Lula” da Silva. Seu governo é marcado pela continuidade das reformas estatais, iniciadas com Collor, visando a adequar o país aos moldes do modelo do Estado mínimo neoliberal. Assim, mantém a abertura às exportações, bem como o programa de privatizações de grandes empresas estatais. Também alterações são encaminhadas às regras da Previdência Social e ao Estatuto do Funcionalismo Público e profundas alterações são feitas na chamada Constituição Cidadã de 1988, através de Emendas Constitucionais para que as reformas sejam implementadas.

De acordo com Vieira e Farias (2007, p. 166) o projeto para a educação brasileira do governo FHC já está explicitado num documento que norteia a administração desse Presidente. É o “Mãos à obra”, de 1994, onde a educação figura como uma das cinco prioridades do governo. Entretanto, é só a partir de 1996 que FHC explicita qual a política educacional a ser implementada. E isso é feito, a partir da aprovação pelo Congresso de uma Emenda Constitucional, a Nº 14, de 12 de setembro de 1996, que altera alguns artigos sobre educação, presentes na Constituição de 1988, o qual visam:

[...] permitir a intervenção da União nos Estados, caso estes não apliquem o valor mínimo exigido por lei (Art. 34); rever o dever do Estado na oferta de ensino fundamental par os que a ele não tiverem acesso em idade própria e de ensino médio (Art. 208); definir as responsabilidades das diferentes esferas do Poder Público em relação à oferta de ensino (Art. 211); detalhar os recursos aplicados pela União na erradicação do analfabetismo e na manutenção do ensino fundamental (Art. 212); e, prever a criação de um fundo de natureza contábil para a manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e valorização de seu magistério (ADCT, Art. 60).

No mesmo ano, são aprovadas duas Leis, importantíssimas para efetivar as reformas no âmbito da educação: a Lei n. 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Na sequência, em 1996, é feita uma grande reforma curricular no ensino fundamental, através da implementação dos PCNs. No âmbito do sistema escolar, essa “selva” de legislação aprovada em 1996 possibilita que o governo federal centralize em suas mãos a definição das políticas educacionais, mas descentralizando a execução para Estados e municípios. Essa descentralização, que não leva em consideração as realidades de Estados e Municípios, acabou criando uma desigualdade muito grande de cidade para cidade, de região para região e de Estado para Estado. Exemplo desse mecanismo de controle das políticas educacionais é a reformulação do SAEB, com vistas a avaliar o desempenho das escolas. O Provão e o Enem são exemplos desses mecanismos de avaliação usados para aferir os níveis do ensino médio e superior.

Sob a gestão de FHC, segundo Vieira e Farias (2007, p. 169), alguns programas federais são fortalecidos, consolidados e ampliados, tais como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Outras ações também são efetivadas a partir de 1995: Programa Dinheiro Direto na Escola; Programa

TV Escola; Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO); e o Programa de Formação de Professores em Exercício (PROFORMAÇÃO). É só em 2001 que o governo de FHC sanciona o Plano Nacional de Educação, previsto na LDB de 1996 e que aponta metas a alcançar ao longo de dez anos. As autoras nos alertam, entretanto, que toda essa agenda proposta para a política educacional brasileira do período explicita o compromisso do governo FHC com as determinações do Banco Mundial.

Segundo Dermeval Saviani (2009, p. 29), o PDE foi aprovado em fins do governo FHC, sendo que esse mesmo Plano sofreu nove vetos presidenciais que incidiam sobre pontos importantíssimos, referente à promoção das mesmas políticas educacionais. Foram eles referentes, em especial, ao financiamento da educação, não assegurando recursos necessários para que efetivamente se implementasse o PNE.

Com a eleição de Luiz Inácio “Lula” da Silva, em 2002, as políticas educacionais propostas no governo FHC tiveram continuidade, mas o governo de Lula passou a fazer um governo mais aberto e comprometido com as várias demandas das classes sociais. Do ponto de vista do desenvolvimento econômico, o governo Lula consolidou a economia, mantendo ainda uma alta taxa de juros, como justificativa para manter a inflação controlada. Podemos afirmar, também, que o processo de privatização das empresas estatais foi barrado, sendo que, ao contrário do governo anterior, Lula buscou fortalecer as empresas estatais a partir de investimento e pesquisa, como é o caso da Petrobrás. Sem entrar na defesa política desse governo, o fato é que as propostas implementadas, em especial para a população do Norte e Nordeste, deram condições para que o Brasil alcançasse, entre suas classes sociais, um maior poder aquisitivo, fazendo com que muitas pessoas saíssem de uma situação de miséria social, já muito apontada em “verso e prosa” na história do país.

Do ponto de vista da educação, centralizarei minhas análises nas propostas de Lula para o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que expressa

a congregação de esforços coletivos dos vários Ministérios, em torno do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Segundo Saviani (2009, p. 06),

Entre as ações que incidem globalmente sobre a educação básica, situam-se o Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o Plano de Metas do PDE – IDEB, duas ações dirigidas à questão docente (“Piso do Magistério” e “Formação”), complementadas pelos programas de apoio “Transporte Escolar”, “Luz para Todos”, “Saúde nas Escolas”, “Guia das Tecnologias Educacionais”, “Educacenso”, “Mais Educação”, “Coleção Educadores” e “Inclusão Digital”. Com o acréscimo de três novas ações (“Conteúdos Educacionais”, “Livre do Analfabetismo” e “PDE Escola”), em 2009 acedem a 15 ações que incidem globalmente sobre a educação básica.

Dermeval Saviani (2009), avaliando o PDE, faz uma análise crítica da proposta do governo Lula, mostrando as continuidades e descontinuidades desse governo com o seu antecessor, FHC. É fato que a política educacional implementada com Lula acaba ainda se orientando pelas legislações educacionais do período anterior, o que não podia ser diferente, inclusive no tocante às propostas do PNE. Entretanto, algumas ações postas em prática, em especial com o IDEB, acabaram por implementar, efetivamente, ações concretas para resolver a questão histórica da qualidade da educação escolar brasileira.

Longe de fazer a defesa desse governo, gostaria de salientar que ele retomou uma prática muito cara para os educadores, que é aquela de congregar os vários segmentos representativos no âmbito educacional para instaurar debates e propostas para a educação brasileira. É o caso da Conferência Nacional de Educação, que visou debater a construção de um sistema articulado de Educação, um novo Plano Nacional de Educação. Em 01/04/2010, em Brasília, com a participação de 3.000 delegados representando o país, além das autoridades governamentais, entre eles Lula, encerrou-se a última etapa de encaminhamentos da CONAE. As emendas aprovadas nessa Conferência foram:

**Organização da educação nacional:**

- criação do Sistema Nacional da Educação, articulador da organização da educação, entre os entes federados: Estados, Municípios e federação;
- criação do Fórum Nacional da Educação que terá poderes mais amplos que o Conselho Nacional da Educação;
- mudanças de atribuições e da autonomia do Conselho Nacional; os Conselhos nacional, estaduais e municipais terão seus membros eleitos democraticamente com representando dos diferentes segmentos da educação nacional;
- extensão da gestão democrática da educação para o setor privado;
- controle da quantidade de alunos nas salas de aula na Ed. Básica.

**Financiamento:**

- recursos públicos para a educação pública, sendo que a partir de 2018 os recursos do FUNDEB não poderão mais financiar instituições privadas;
- fim dos convênios;
- financiamento das matrículas públicas através do Custo Aluno/a Qualidade (CAQ);
- ampliação da gratuidade dos cursos do sistema "S".
- ampliação gradativa dos recursos da educação até que seja aplicado 10% do PIB na educação pública;
- ampliação dos recursos vinculados de 18% para 25% dos recursos da União e de 25% para 30% dos recursos dos Estados e Municípios;
- criação da Lei de Responsabilidade Educacional;
- ampliação dos recursos vinculados de 18% para 25% dos recursos da União e de 25% para 30% dos recursos dos Estados e Municípios;
- criação da Lei de Responsabilidade Educacional;
- criação do programa de Educação Fiscal para a cidadania;
- destinação de 50% dos recursos do Fundo Social e dos royalties do petróleo e do pré-sal para a educação;

**Ampliação do acesso:**

- reserva de vagas nas universidades públicas para um mínimo de 50% de alunos egressos do ensino médio, sendo respeitada a proporcionalidade de negros(as) e indígenas de cada ente federado a que pertence a instituição.
- ampliação do atendimento de creche, ensino fundamental em período integral e ensino médio profissionalizante;
- ampliação da Educação de Jovens e Adultos e de programas de combate ao analfabetismo;

**Formação e valorização dos professores:**

- construção de um BASE NACIONAL para a Formação de Professores;
- formas de melhoria salarial dos profissionais da educação com piso salarial de R\$ 1.800,00;
- dedicação exclusiva do professor num único cargo, sendo que até 2015, 1/3 da carga horária será destinada a horas-atividade;
- licença automática e remunerada para cursar mestrado e doutorado;
- formação inicial do professor de forma presencial e o EAD (Ensino à distância) somente de forma excepcional e rigidamente regulamentada;
- diretrizes de carreira sem o sistema de premiação/punição;

**Educação e diversidades:**

- fortalecimento das medidas de inclusão e de educação para a diversidade, com a introdução da educação para comunidades quilombolas, o combate à homofobia e outras formas de preconceito ([http://www.cedes.unicamp.br/inf\\_conae.htm](http://www.cedes.unicamp.br/inf_conae.htm)).

Ressaltamos, entretanto, que os avanços conquistados nessa Conferência dependem da aprovação do Congresso Nacional. Portanto, nós, educadores, precisamos estar atentos para isso, pois a prática política brasileira tem mostrado que as conquistas sociais, consideradas por nós como conquistas, só são aprovadas se não interferirem na necessidade de mais lucro do capital. Os representantes das escolas privadas nem fizeram acento na Conferência. Um dos delegados presentes na CONAE, em apresentação da proposta na FE/Unicamp, afirmou que eles estão guardando suas forças para o lobby organizado no Congresso... Vamos aguardar...

Enfatizo que todas as políticas educacionais até aqui apontadas, compactuam e alicerçam esse modo de produção, o capitalista. Assim sendo, é sob outra perspectiva societária que devemos pensar uma outra proposta educacional. Difícil tarefa, já que em tempos de transição, de embates e possibilidades revolucionárias, vislumbradas com a grande crise instaurada nesta sociedade, como pensar um outro projeto educacional que vincula-se a um outro projeto societário, dentro ainda do próprio capitalismo? Tarefa árdua e que tem encontrado

algumas respostas nos estudos que tenho feito em torno do educador soviético Pistrak. Mas essa é outra conversa...

Para finalizar, retomo fala de Saviani (2005, p. 175), que aponta hoje quais são os mecanismos de tutela do Estado, o que devemos rechaçar em prol de uma educação de qualidade e controlada por aqueles que conformam o público, o povo:

Igualmente, o governo ampliou consideravelmente a tutela, chamando para si o controle do processo educativo por meio da avaliação de todos os graus de ensino, ao mesmo tempo em que procurou se desvencilhar da responsabilidade da manutenção do sistema de ensino transferindo-a para os Estados e municípios e para a boa vontade da própria população, encarada seja nas suas diferentes formas de organização, seja enquanto indivíduos identificados como pais de alunos, empresários, comerciantes e profissionais de diferentes tipos.

Se rechaçamos esse tipo de tutela, não podemos abrir mão de brigarmos, por outro lado, para que o Estado invista efetivamente na educação, buscando alcançar a qualidade esperada. Sem o aumento de recursos para a rubrica educação isso não será possível. E mais uma vez concordo com Saviani (2009, p. 47) que, ao debater o PDE, propôs que se dobrasse o percentual do PIB investido em educação. Ele sugeria que o Estado brasileiro passasse a investir 8% do PIB para tratar a educação com a importância devida, dobrando, portanto, os investimentos. Dizia que, procedendo de tal forma:

[...] estaríamos de fato, provendo os recursos que permitiriam dar o salto de qualidade necessário para colocar a educação brasileira num patamar civilizado, condizente com a magnitude de seu território, de sua população e de sua economia. E estaríamos em condições de equipar adequadamente as escolas e dotá-las de professores com formação obtida em

cursos de longa duração, com salários gratificantes, compatíveis com seu alto valor social. Isso permitirá transformar as escolas em ambientes estimulantes, nos quais as crianças, nelas permanecendo em jornada de tempo integral, não terão como fracassar; não terão como não aprender. Seu êxito será resultado de um trabalho pedagógico desenvolvido seriamente, próprio de profissionais bem preparados e que acreditam na relevância do papel que desempenham na sociedade, sendo remunerados à altura de sua importância social.

Recebido em: janeiro de 2011

Aceito em: março de 2011

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CUNHA, L. A. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, Especial, p. 809-829, out. 2007.
- JACOMELI, M. R. M. *PCNs e temas transversais: análise histórica das políticas educacionais brasileiras*. Campinas: Alínea, 2007.
- TORRES, M. R. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, L. de; WARDE, M. J; HADDAD, S. (Orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 3. ed. São Paulo: Cortez; PUC-SP, 2000, p. 125-193.
- VIEIRA, S. L. *Política educacional em tempos de transição – 1985-1995*. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.
- \_\_\_\_\_; FARIAS, I. M. S. de. *Política educacional no Brasil: introdução histórica*. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.
- SAVIANI, D. *PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC*. Campinas: Autores Associados, 2009.
- \_\_\_\_\_. O público e o privado na história da educação brasileira. In: LOMBARDI, J. C.; JACOMELI, M. R. M.; SILVA, T. M. T. da. *O público e o privado na história da educação brasileira*. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 167-185.